



Estado do Espírito Santo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA**  
*“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”*  
*“Deus seja Louvado”*

**COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Projeto de Lei:** 067/2026

**Processo:** 938/2026

**Autoria:** Rogério Cardoso

**Assunto:** Institui o Programa Municipal Escola Amiga da Comunidade, no âmbito do Município de Vila Velha, destinado a incentivar a utilização dos espaços das escolas públicas municipais para atividades comunitárias, culturais, esportivas e educativas, e dá outras providências.

**I – RELATÓRIO**

A tramitação desta matéria teve início em 06/03/2026, sendo encaminhada à Comissão de Justiça e Redação para análise e elaboração de parecer quanto aos seus aspectos Constitucionais e Redacionais.

Conforme determina os ensinamentos constitucionais e infralegais ao apresentar um Projeto de Lei deve vir acompanhado de sua justificativa, desse modo nas palavras do legislador proponente o presente Projeto de Lei tem como justificativa:

O presente Projeto de Lei propõe a criação do Programa Municipal Escola Amiga da Comunidade, iniciativa voltada ao fortalecimento da relação entre as escolas públicas e a população do entorno, ampliando o uso social dos equipamentos educacionais existentes no Município de Vila Velha.

1. Problema público identificado Vila Velha é um dos municípios mais populosos do Espírito Santo, possuindo uma extensa rede municipal de ensino e numerosos bairros com grande densidade populacional. Em muitos desses territórios, entretanto, faltam espaços públicos adequados para atividades culturais, esportivas e de convivência comunitária. Ao mesmo tempo, diversas unidades escolares dispõem de quadras, auditórios, pátios e salas multiuso que permanecem subutilizados fora do horário escolar. Essa realidade revela uma oportunidade importante de aproximação entre escola e comunidade, permitindo que os equipamentos educacionais também se tornem espaços de promoção de cidadania, cultura e convivência social.





Estado do Espírito Santo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA**  
*“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”*  
*“Deus seja Louvado”*

2. Impacto social esperado A implantação do Programa poderá gerar benefícios relevantes para o município, tais como:

- fortalecimento dos vínculos entre escola, famílias e comunidade;
- ampliação do acesso da população a atividades culturais, educativas e esportivas;
- incentivo à participação social e ao voluntariado;
- ocupação positiva de espaços públicos, contribuindo para redução da vulnerabilidade social e prevenção da violência;
- valorização das escolas como centros de convivência comunitária.

Além disso, experiências semelhantes em diversas localidades demonstram que a abertura responsável das escolas à comunidade contribui para o sentimento de pertencimento e para a preservação do patrimônio público.

3. Fundamentação jurídica A proposta encontra respaldo na Constituição Federal, especialmente:

- Art. 205, que estabelece a educação como dever do Estado e da família, promovida com a colaboração da sociedade;
- Art. 206, que consagra o princípio da gestão democrática do ensino público;
- Art. 30, I, que assegura ao Município competência para legislar sobre assuntos de interesse local.

O projeto respeita integralmente o princípio da separação dos poderes, pois não interfere na organização administrativa da Prefeitura nem cria cargos ou despesas obrigatórias, limitando-se a instituir diretrizes gerais para política pública de interesse social.

4. Alinhamento com políticas públicas

A proposta dialoga com diretrizes contemporâneas de políticas educacionais que defendem a escola como espaço de convivência social e cidadania, ampliando sua função para além do ensino formal.

Também está alinhada a políticas de:

- educação integral,
- promoção da cultura e do esporte comunitário,
- fortalecimento das redes locais de participação social.

Ao incentivar o uso compartilhado das escolas, o Município poderá potencializar estruturas já existentes, ampliando os benefícios sociais sem necessidade de grandes investimentos estruturais.

Diante da relevância social da iniciativa e de sua conformidade jurídica e constitucional, submeto o presente Projeto de Lei à apreciação dos nobres vereadores, contando com o apoio para sua aprovação.

## II - PARECER DO RELATOR





Estado do Espírito Santo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA**  
*“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”*  
*“Deus seja Louvado”*

Inicialmente, ao ser feito uma análise sobre a legalidade e constitucionalidade de um Projeto de Lei Municipal deve ser observado as regras e princípios da Constituição Federal, Estadual e a Lei Orgânica do Município de Vila Velha (LOM/VV). A presente análise se inicia com as regras infraconstitucionais, posteriormente adentrando nos ensinamentos constitucionais.

Antes, para contribuir com a presente análise a doutrina pátria explana sobre as tipologias das inconstitucionalidades e quando uma matéria incorre em vício, inicialmente ensina André Ramos Tavares:

*“A primeira ocorrência recebe a denominação de inconstitucionalidade material, substancial ou intrínseca. A segunda, por seu turno, é denominada inconstitucionalidade formal, ou extrínseca. A nomenclatura intrínseca/extrínseca, como se percebe, toma como critério a própria lei. Assim, se o conteúdo (aspecto intrínseco) não estiver de acordo com o conteúdo constitucional, há inconstitucionalidade material”. Ao contrário, se o conteúdo estiver em coerência com o conteúdo constitucional, mas considerada a lei pela ótica de como se originou, observa-se que houve o desatendimento de condições constitucionais (que fazem parte, evidentemente, do conteúdo da Constituição), há uma inconstitucionalidade de cunho meramente formal, extrínseco ao conteúdo da lei (Tavares, André Ramos Curso de direito constitucional / André Ramos Tavares. – 10. ed. rev. e atual. – São Paulo: Saraiva, 2012.)*

Explica também, Gilmar Mendes:

*"A inconstitucionalidade pode ser material, quando o conteúdo da norma fere a Constituição, ou formal, quando há desrespeito ao processo legislativo previsto na Constituição." (Curso de Direito Constitucional, 11ª ed., São Paulo: Saraiva, 2023.)*

Além da observância aos requisitos formais e materiais, é fundamental que toda norma respeite os princípios constitucionais que regem a Administração Pública. Nesse sentido, o Art. 37, caput, da Constituição Federal, estabelece que:

**Art. 37.** *A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios*





Estado do Espírito Santo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA**  
*“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”*  
*“Deus seja Louvado”*

*obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).*

Dito isso, ao analisar as regras previstas na Lei Orgânica Municipal do município de Vila Velha (LOM/VV) é possível notar que a presente proposta está em consonância com a competência legislativa concedida aos Vereadores, não há vício de iniciativa (formal), quando o legislador adentra em matéria que é de competência privativa do chefe de Poder Executivo Municipal, o comando legal que versa sobre a matéria é o art. 34, p.ú, I, II, III, da LOMVV, veja:

*Art. 34 A iniciativa de lei cabe a qualquer Vereador, às Comissões da Câmara, ao Prefeito e aos cidadãos, satisfeitos os requisitos legais.*

*Parágrafo Único - São de iniciativa privativa do Prefeito Municipal as leis que disponham sobre:*

*I - criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta, indireta ou fundacional, bem como regime jurídico de seus servidores, aumento de sua remuneração, vantagens e aposentadoria;*

*II - organização administrativa do Poder Executivo e matéria orçamentária. (Redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 44/2011)*

*III - criação de Guarda Municipal e fixação ou modificação de seus efetivos.*

Logo, na esfera da análise municipal não há nenhum óbice legal. Superada a análise no plano municipal é necessário analisar-se os ditames da Constituição tanto a Estadual como a Federal.

Nessa linha de raciocínio a Constituição Estadual<sup>1</sup> e Federal<sup>2</sup> em seus arts. 28, I e 30, I, respectivamente expõem que compete ao município legislar sobre assuntos de interesse local, encaixando-se perfeitamente com a presente proposta.

Nessa baila, ensina Celso Antônio Bandeira de Melo que:

*“O critério para delimitação da competência legislativa municipal é o interesse local. Sempre que um tema for preponderantemente de*

<sup>1</sup> **Art. 28.** Compete ao Município:

I - legislar sobre assunto de interesse local;

<sup>2</sup> **Art. 30.** Compete aos Municípios:

I - legislar sobre assuntos de interesse local;





Estado do Espírito Santo  
**CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA**  
“Trabalho, Transparência e Desenvolvimento”  
“Deus seja Louvado”

*interesse da municipalidade, cabe ao ente local legislar sobre ele.”  
(Curso de Direito Administrativo, 34ª ed., São Paulo: Malheiros,  
2019.)*

Diante do exposto, não se identificam vícios formais ou materiais no presente Projeto de Lei, que respeita os princípios da Constituição Federal, Estadual e da Lei Orgânica Municipal. Assim, a Comissão de Justiça e Redação manifesta-se favoravelmente ao prosseguimento regimental da proposta.

### III - PARECER DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

A **Comissão de Justiça e Redação** entende ser o Projeto de Lei nº **067/2026**, *legal e constitucional*, sendo, portanto, favorável ao prosseguimento regimental interno.

Vila Velha/ES, 19 de março de 2026.

**IVAN CARLINI**

Presidente/Relator

**DR. HÉRCULES**

Membro

**DEVACIR RABELO**

Membro



# PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi assinado eletronicamente e pode ser acessado no endereço <https://vilavelha.splonline.com.br/autenticidade> utilizando o identificador 340032003600300034003A00540052004100

Assinado eletronicamente por **VEREADOR IVAN CARLINI** em **23/03/2026 07:56**

Checksum: **5557B6F644C995345DF16A7592E260B406DDC6BF54D9F4D83DCB1E721A517A55**

Assinado eletronicamente por **VEREADOR DOUTOR HÉRCULES** em **30/03/2026 14:34**

Checksum: **73FAF7A6789EBF696E826609EA16FDCD853FD88046F822DF9ABE74E78B971471**

